

Políticas e sistemas nacionais de informação no Mercosul: uma abordagem preliminar

COMUNICAÇÕES

Luiz Antonio Gonçalves da Silva

INTRODUÇÃO

A informação tem sido considerada, durante as últimas décadas, recurso nacional para o desenvolvimento dos países. Na atualidade, a ampla utilização das novas tecnologias e a consolidação do setor de serviços na economia contribuíram para fortalecer o valor da informação como elemento essencial para o progresso. Nos países desenvolvidos, as atividades relacionadas com a produção, tratamento e difusão da informação ocupam posição de destaque na economia, por intermédio do setor conhecido como indústria da informação. A maior ou menor capacidade dos países em atuar neste quadro determinará a posição de cada um deles no cenário mundial, que será marcado pela existência de dois blocos: os países possuidores de informação, de um lado, e os consumidores, de outro.

Tendo em vista esta situação, os governos passaram a considerar com prioridade suas políticas e sistemas nacionais de informação. Mediante ações explícitas – com a aprovação de instrumentos legais pertinentes ou programas específicos – ou implícitas, a informação passou a fazer parte do planejamento governamental, inclusive com a criação de órgãos oficiais de coordenação do setor em muitos países.

O conceito de política e de sistemas de informação foi desenvolvido com a contribuição de diversos organismos internacionais de caráter governamental e não-governamental, que, a partir sobretudo do final da II Guerra, começaram a atuar no cenário mundial.

As Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados foram os que mais atuaram na promoção de programas de informação, tanto no âmbito internacional, como no nacional. Esta ação esteve dirigida sobretudo aos países em desenvolvimento.

Dentre os organismos da ONU, a Unesco é que mais tem se destacado no desenvolvimento de atividades de informação junto aos seus estados membros. Atua por meio do Programa Geral de Informação (PGI), que resultou da união, em 1977, dos programas que existiam no campo das bibliotecas e da informação científica e que funcionavam isoladamente.

Foi sob a influência da Unesco que os países da América Latina iniciaram suas atividades no campo da informação. No início da década de 50, são registradas as primeiras iniciativas, com a criação de centros nacionais de informação. Esses centros foram o ponto focal de onde partiram, nas décadas seguintes, ações para a definição de políticas e estabelecimento de sistemas de informação. Estas atividades, por sua vez, estiveram ligadas à organização dos sistemas científicos e tecnológicos nacionais, com a criação, pelos países, de conselhos de ciência e tecnologia que incluíram a informação como uma das áreas de atuação.

O presente artigo pretende fazer uma revisão da situação dos países integrantes do Mercosul quanto aos esforços empreendidos para a definição de políticas e implantação de sistemas nacionais de informação.

ARGENTINA

MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

A coordenação das atividades científicas e tecnológicas na Argentina está a cargo da Secretaria de Ciência y Tecnología (SECyT), criada em 1969 como Consejo Nacional de Ciencia y Técnica (CONACyT), subordinada à Presidência da Nação. Sua missão é assistir ao presidente da Nação em todos os aspectos relacionados com a formulação de políticas e planejamento da ciência, tecnologia e informática. Sua atual estrutura, aprovada pelo Decreto Ejecutivo Nacional nº 1459/91, é formada por três subsecretarias técnicas e de assuntos internacionais, uma Subsecretaria de Informática e Desenvolvimento (SID) e uma subsecretaria de políticas e planejamento. No âmbito da SID, foi criado o Programa Nacional de Información y Comunicación Científica y Tecnológica (PNICCYT) com atuação nas áreas de informação científica e tecnológica, redes de comunicação e processamento. Posteriormente, este programa foi extinto, e a área informação científica e tecnológica substituída pelo Subsistema Proyecto de Información Documental¹.

O organismo de promoção e execução de atividades científicas e tecnológicas é o Consejo Nacional de Investigaciones

Resumo

Apresenta uma revisão dos principais eventos relacionados com as atividades de informação científica e tecnológica dos países integrantes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – no marco da evolução dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia dos mesmos. São apresentados para cada país o quadro legal e institucional, o papel do centro nacional de informação e os esforços empreendidos para a definição de uma política e estabelecimento de sistemas nacionais de informação.

Palavras-chave

Políticas de informação; Sistemas nacionais de informação no Mercosul.

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que o autor está desenvolvendo para a apresentação de uma tese de doutorado na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade Complutense de Madrid, Espanha.

Científicas y Técnicas (CONICET), criado em 1957 pelo Decreto Lei nº 1291 e subordinado à SEyCT. Atua na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, na promoção e execução de pesquisas científicas e execução de serviços de Informação científica e tecnológica. Atualmente, o CONICET possui sete centros regionais, 40 centros especializados, uma estação astronômica, 54 institutos, duas plantas-piloto, 54 programas, 15 laboratórios e serviços distribuídos em todo o país.

Um dos seus institutos é o Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica (CAICIT), criado pela Resolução nº 117/76, de 14 de julho de 1976.

No âmbito das atividades da SECyT, existe a Red Científico-Tecnológica Nacional (RECyT), que oferece serviços de informação e comunicação por meio das redes internacionais internet e Bitnet.

CENTRO NACIONAL DE INFORMACIÓN

O primeiro projeto para a criação de um centro nacional de informação foi formulado, em 1952, pelo Ministério de Assuntos Técnicos. Seu objetivo era estabelecer um centro semelhante aos já existentes em outros países, como o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), da França, e a British Library, da Inglaterra.

A idéia foi concretizada com a criação do CAICyT. Suas origens foram as atividades de informação do CONICET, iniciadas em 1958 com a Divisão de Biblioteca e Informação Bibliográfica, que funcionou até 1962. Essa divisão, transformada no Centro de Documentação Científica, como um dos departamentos do Conselho, veio a ser a base de criação ao CAICyT².

Sua missão é a pesquisa e o desenvolvimento e a provisão de serviços de informação. Seus objetivos particulares são os seguintes: promover e realizar pesquisa e desenvolvimento na área da informação científica e tecnológica, mediante a realização de estudos sobre métodos e técnicas aplicáveis ao processo de transferência da informação; promover, em âmbito nacional, a estruturação racional e a coordenação de sistemas e rede de serviços de informação científica e tecnológica, com o apoio dos estudos e trabalhos desenvolvidos pelo Centro; assegurar os instrumentos de controle documental e as ações necessárias para o máximo aproveitamento dos recursos de informação disponíveis no país e no exterior; manter a compatibilidade das atividades realizadas no país com os programas existentes no âmbito regional e internacional e sua participação nos mesmos³.

As principais atividades do Centro são as seguintes: um serviço geral de referência; o catálogo coletivo de publicações periódicas; o fornecimento de cópias de documentos, traduções, consultas a bases de dados nacionais e internacionais, atribuição do ISSN às publicações periódicas argentinas; formação e capacitação de recursos humanos para a área. O Centro possui ainda uma biblioteca especializada em documentação e política científica.

POLÍTICA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMACIÓN

As iniciativas para a criação de um sistema nacional de informação datam dos anos 70. O Plano Nacional de Desarrollo y Seguridad 1971-1975, em seu capítulo XIV "Ciência y Técnica", previu o estabelecimento e operação de um sistema de informação científico-técnica de alcance nacional, sob a coordenação do CONICET. Em 1974, uma resolução da SECyT determinou a sua criação, a qual não chegou a ser implementada.

A idéia foi retomada em 1984, com a convocação pela SECyT, por intermédio da SID, de um grupo de profissionais para discutir as bases do sistema. Nesse mesmo ano, foi realizado o Primer Encuentro para la Efectivación del Sistema Nacional Cooperativo de Información y Documentación Científica y Tecnológica (SIDCyT), durante o qual foi elaborado um documento de base para sua criação. Como resultado, foram desenvolvidas ações que possibilitaram conhecer a infra-estrutura de informação no país para um planejamento em nível nacional.

As características e os fundamentos de um sistema nacional de informação foram discutidos durante a realização do Seminário Nacional para el Mejoramiento de Comunicaciones e Información Científica, organizado em 1988 pela Universidade de Buenos Aires, mediante seu Sistema de Bibliotecas y Información (Sisbi), a Red Nacional de Bibliotecas Universitarias (RNBU) e o CAICyT, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura. Segundo as recomendações deste seminário, o sistema de informação deveria ter como objetivo principal garantir aos usuários a disponibilidade de documentos, por meio de um serviço ágil e eficaz de fornecimento de cópias, baseado em um catálogo coletivo nacional de publicações periódicas. O CONICET, mediante o CAICyT, foi considerado o organismo que deveria assumir, transitoriamente, o sistema, até a promulgação de uma lei de criação⁴. Estas recomendações foram aprofundadas no Seminário-Taller Perfil del Sistema Nacional de Información, realizado com o apoio da Unesco, que reforçou o papel do

CONICET no processo de criação e implantação do sistema.

A mais recente proposta para o desenvolvimento do sistema de informação foi elaborada no âmbito do CAICyT por um grupo de trabalho constituído por membros da Comissão Asesora do Subsistema Proyecto de Información Documental, integrado por representantes da Renbu, da Asociación de Bibliotecas Biomédicas Argentina (ABBA), do CAICyT e do Instituto Nacional de Ciencia y Técnica Hídricas (INCYTH).

O documento define como objetivo do sistema "o acesso à informação científica e tecnológica e às técnicas disponíveis no país e no resto do mundo, para facilitar a utilização ótima dos conhecimentos especializados como recurso para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade⁵. De modo particular, procuraria atingir as seguintes metas: fornecer informação pertinente, confiável e pontual ao" menor custo possível a toda a comunidade científica e técnica do país; obter o conhecimento da produção científica e tecnológica nacional, assegurar o acesso à informação científica e tecnológica internacional à comunidade; conscientizar dirigentes e usuários sobre a importância da informação e da necessidade de apoiar seu desenvolvimento; promover a cooperação interinstitucional para o máximo aproveitamento dos recursos destinados à informação; atenuar as diferenças regionais e setoriais em matéria de informação; defender os interesses nacionais no campo das atividades de informação; apoiar o estudo das teorias relacionadas com a informação e a educação e a capacitação para a produção, transferência e uso da informação. As estratégias para a implantação do sistema foram definidas na seguinte ordem; fortalecimento e circulação das organizações já existentes e criação de outras em áreas não cobertas; fortalecimento das coleções bibliográficas; conhecimento da produção científica e tecnológica nacional; fortalecimento dos serviços de orientação e referência; acesso ao documento primário; apoio à normalização e formação de recursos humanos especializados em todos os níveis⁶.

Nas suas conclusões, o documento considera que à Argentina possui um sistema de informação em funcionamento, embora não institucionalizado. Para tanto, reforça a necessidade de que o CONICET, como órgão executor da política nacional de ciência e tecnologia, venha, por intermédio do CAICIT, a promover, apoiar e financiar a institucionalização do sistema nacional⁷.

BRASIL

MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

A institucionalização das atividades científicas e tecnológicas no Brasil ocorreu com a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela Lei nº 1 310, de 15 de janeiro, subordinado à Presidência da República. Cabia ao Conselho "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento".

Entre as competências estabelecidas no artigo 3º da sua lei de criação, o CNPq deveria "manter-se em relação com entidades nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica". Essa atuação é mais bem explicitada no seu regimento, cujo artigo 74 determinava que deveria promover o intercâmbio de informações bibliográficas pelos meios mais adequados, auxiliar o desenvolvimento das bibliotecas dos institutos de pesquisas e promover a formação de bibliotecas especializadas onde se julgar conveniente.

Para cumprir este objetivo, foi criada uma biblioteca com a idéia inicial de atuar como órgão coordenador de um sistema de bibliotecas especializadas e como um centro de referência e de intercâmbio de catalogação e documentação técnico-científica⁸.

A atividade de informação, no entanto, veio a ser concretizada no CNPq com a criação, pelo Decreto nº 35 124, de 27 de fevereiro de 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), como um dos institutos a ele vinculados.

Em 1974, dentro do princípio de planejamento governamental que passou a ser adotado pelo governo, por meio dos planos nacionais de desenvolvimento, o CNPq foi transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Sua atribuição maior foi formular a política nacional de ciência e tecnologia e coordenar o sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. No bojo desta reestruturação, foi criado o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) pela Resolução Executiva nº 20/76, como desenvolvimento natural do IBBBD. Essa mesma Resolução determinou a extinção do antigo Instituto, cujos direitos e obrigações passaram para o IBICT.

Com a Nova República, iniciada em 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com o objetivo de elevar hierarquicamente o tratamento das questões referentes à C & T no âmbito governa-

mental. O CNPq tornou-se um dos órgãos vinculados ao novo ministério, com as atribuições de fomento, difusão de informação em ciência e tecnologia e também desenvolvimento de atividades de pesquisas por meio de seus institutos, entre os quais o IBICT.

Na reforma administrativa do governo, em 1990, ocorreu a extinção do MCT, sendo criada em seu lugar uma secretaria vinculada à Presidência da República. O Ministério, contudo, veio a ser restabelecido em 1992.

CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO

As atividades relativas ao centro nacional de informação podem ser divididas em duas fases: a atuação do IBBBD, que vai de 1954 a 1976, e a do IBICT, de 1976 até a data de hoje.

Cabia ao IBBBD, segundo o seu regimento, aprovado pelo Decreto nº 35 430, de 29 de abril de 1954, elaborar e divulgar informações bibliográficas, promover intercâmbio de documentação e de informações entre instituições nacionais e instituições internacionais e também estimular o desenvolvimento das bibliotecas científicas e técnicas do país. Assim, o IBBBD absorveu as atribuições do CNPq no que se referia à informação, definidas em sua lei de criação.

As atividades executadas pelo IBBBD foram as seguintes: elaboração e publicação da bibliografia brasileira em diversas áreas do conhecimento; manutenção do catálogo coletivo brasileiro de livros e periódicos; manutenção de um serviço de catalogação cooperativa entre as bibliotecas do país; manutenção de serviço de tradução, de reprodução e de impressão de documentos e oferecimento de um serviço de pesquisa bibliográfica para a comunidade científica e tecnológica do país. O Instituto atuou ainda no aperfeiçoamento de recursos humanos para área, mediante a criação do curso de especialização em Documentação Científica e, posteriormente, iniciando um curso de mestrado em Ciência da Informação.

O IBICT, como sucessor do IBBBD, concentrou sua ação na coordenação do setor de Informação do país, procurando seguir a mesma orientação legal que foi dirigida ao CNPq como coordenador do sistema de ciência e tecnologia do país. Nesse momento, foram sendo desativados muitos dos serviços que o órgão prestava à comunidade e suprimidos alguns dos seus produtos.

O atual plano de atividades do IBICT contempla as seguintes unhas programáticas:

cooperação e desenvolvimento da infraestrutura de informação científica e tecnológica; produção e difusão de informação; desenvolvimento de tecnologias da informação e desenvolvimento de estudos, linhas de pesquisas e formação de recursos humanos para o subsetor de informação.

O IBICT possui uma biblioteca com acervo em Documentação e Ciência da Informação e política científica e tecnológica, parte esta que anteriormente integrava o Centro de Informação sobre Política Científica e Tecnológica (CPO), pertencente ao CNPq.

POLÍTICA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

A primeira iniciativa referente a um sistema nacional de informação foi o projeto do CNPq, de 1952, para a criação de um sistema de bibliotecas especializadas. A idéia para constituir este sistema consistia no estabelecimento de uma biblioteca-chave para cada ramo da ciência. Cada biblioteca escolhida deveria atender a usuários externos mediante o fornecimento de cópias de documentos. O órgão coordenador seria a Biblioteca do Conselho, que atuaria como um centro de referência e de intercâmbio de catalogação e documentação técnico-científica¹⁰. Embora várias bibliotecas do país recebessem auxílio financeiro para atuar como membros do sistema, o projeto não foi implementado, já que as atenções se voltaram para a criação do IBBBD.

A idéia de sistema só foi retomada mais tarde, no início da década de 70, quando foi inaugurado, no país, o planejamento governamental. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), relativo ao período 1972/1974, determinou a criação de um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), sob a coordenação do CNPq¹¹. O I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT) incluiu o sistema entre os projetos a serem implementados no período. Foi constituído pelo CNPq um grupo de trabalho intergovernamental que iniciou as discussões para a elaboração do projeto e que contou, inclusive, com uma consultoria apoiada pela Unesco¹². Em 1973, após um período de trabalho que resultou na elaboração do documento básico contendo as diretrizes e estruturação do sistema¹³, foi encaminhada à Presidência da República uma proposta de decreto para a sua criação, que não chegou a ser promulgada.

Para o período 1974/1979, o II PBDCT contemplou a informação científica e tecnológica entre as atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Foram previstos dois tipos de atividades. A

primeira, centralizada no CNPq, referia-se ao desenvolvimento de um sistema de informação para o planejamento científico e tecnológico. A segunda, executada de forma descentralizada por diferentes órgãos da esfera governamental, previa a implantação de sistemas especializados de informação em várias áreas¹⁴. Estes objetivos chegaram a ser cumpridos em sua grande parte.

O III PBDCT (1980/1985) deu a oportunidade para o país dispor do primeiro documento oficial relativo a uma política de informação. Este plano previu a elaboração de ações programadas para as diferentes áreas de desenvolvimento científico e tecnológico, entre as quais a informação¹⁵.

A preparação da Ação Programada em Informação em Ciência e Tecnologia foi coordenada pela Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia (Cict) do CNPq e teve como órgão executivo o IBICT.

Os objetivos do documento foram os seguintes: a) definir um conjunto de indicações políticas e diretrizes técnicas para o planejamento e implementação da informação científica e técnica, para uso dos responsáveis pelo desenvolvimento do setor, como dirigentes, usuários e agências de financiamento; b) contribuir para a definição de uma política nacional de informação científica e técnica na qual os interesses dos usuários e produtores da informação fossem compatíveis com as prioridades e possibilidades da sociedade para alcançar um desenvolvimento equilibrado e justo, tanto no plano científico e tecnológico, quanto no social, humanístico e cultural.

Foram apresentadas diretrizes em sete áreas consideradas prioritárias: produção de documentos primários; formação e desenvolvimento de coleções; automação de bibliotecas; bases de dados bibliográficas; difusão; uso de informação; recursos humanos e assuntos internacionais relacionados com a informação. Para cada uma das áreas, foram apontadas recomendações e assinaladas as instituições públicas ou privadas que poderiam se responsabilizar por sua aplicação.

Depois de ampla consulta, o documento foi aprovado pela Comissão de Informação Científica e Tecnológica, em reunião realizada em outubro de 1984.

Esperou-se que a experiência obtida na elaboração do documento pudesse iniciar um debate sobre a definição de uma política nacional de informação a ser aprovada, de forma legal, pelo Congresso Nacional. Por outro lado, pretendeu-se que as diretrizes apresentadas pudessem ter validade para os períodos governamentais seguintes¹⁶.

O mais recente esforço para o desenvolvimento de um sistema de informação no país tem sido realizado no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), originado de acordo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. A primeira fase do programa, que se referiu ao período 1984/1989, contemplou um subprograma de Informação Científica e Tecnológica (ICT) que visou a fortalecer os sistemas de informação na sua capacidade de prestação de serviços de informação à comunidade e o desenvolvimento de mecanismos operacionais para interligação de sistemas de informação automatizada.

Dentro dos subprogramas verticais do PADCT, foram desenvolvidas atividades de informação especializadas nas áreas de química, biotecnologia, geociência e tecnologia mineral e instrumentação. Por meio de outro subprograma, o de Tecnologia Industrial Básica (TIB), foi apoiada a criação de uma rede de núcleos de informação tecnológica, situados em diferentes pontos do território, em várias áreas de interesse do setor industrial. O PADCT encontra-se agora em sua segunda fase de execução, relativa ao período 1990-1995, em que a informação continua a ser contemplada. Nesta nova fase do Programa, por intermédio do subprograma de ICT, objetivam-se, entre outras ações, a implantação do sistema de acesso público a base de dados, baseada em uma rede de postos de serviços situados em vários pontos do país, e a consolidação da rede de núcleos de informação tecnológica.

No âmbito da área de informação industrial, objeto de uma política específica instituída em 26 de junho de 1990, por meio do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACT), foi preparada uma ação planejada para o setor. O programa considera as seguintes linhas de ação: integração da informação tecnológica à política industrial e de comércio exterior; conscientização e motivação para a informação tecnológica; integração e compatibilização entre as redes e serviços de informação tecnológica; sustentação das atividades de informação tecnológica. O documento, aprovado pela Comissão Permanente, em julho de 1992, orienta as atuais atividades relativas ao fortalecimento dos serviços de informação na área industrial¹⁷.

Deve ser ressaltado que, quando ocorreu a mais recente reforma administrativa com a criação de um nível hierárquico superior para o tratamento da ciência e tecnologia, não foram definidas atribuições específicas do novo órgão com relação à informação. O IBICT, que permaneceu subordinado como um dos institutos de pesquisa do

CNPq, agora despojado de suas funções de coordenador do sistema de ciência e tecnologia do país, continuou sendo identificado, no âmbito governamental, como a instituição apropriada para a execução de programas de informação em nível nacional, embora carecendo de respaldo legal e posição hierárquica adequada.

PARAGUAI

MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O Paraguai não possui um sistema de ciência e tecnologia institucionalizado e um organismo de coordenação do setor. Problemas de ordem estrutural e conjuntural não permitem uma adequada inter-relação entre as instituições, o que resulta em ações isoladas por parte das mesmas¹⁸.

No início da década de 60, foi criado, com o apoio do PNUD e da Unido, o Instituto Nacional de Tecnologia y Normalización (INTN), pela Lei nº 862. Este Instituto, com o auxílio da OEA, dentro do Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, realizou ampla atividade que resultou na organização de um seminário, em 1975, sobre prioridades para o desenvolvimento do Paraguai no campo científico e tecnológico. Como um dos resultados do evento, o INTN foi designado, em 1976, pelo Decreto nº 20 351, Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia, para implementar e avaliar o plano setorial de ciência e tecnologia do país¹⁹. Este decreto determina, em seu artigo primeiro, entre os itens nos quais deveriam ser propostas medidas, o desenvolvimento de sistemas e serviços de informação tecnológica, incluindo patentes e tecnologia de livre disposição²⁰. Como se pode observar, não se faz referência à informação científica.

CENTRO NACIONAL DE INFORMACIÓN

O INTN iniciou a criação de um Centro Nacional de Documentación y Información Técnica, baseado na biblioteca técnica existente no instituto. O objetivo desse centro era apoiar os técnicos da instituição, o setor privado e a comunidade científica e tecnológica do país quanto à provisão de informações. De modo especial, deveria atuar no campo industrial junto às pequenas e médias empresas²¹.

POLÍTICA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMACIÓN

O mais recente Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraguai não faz referência à informação em seus objetivos. Contudo, pode-se deduzir que há espaço para ações no setor, na medida que o plano prioriza o fortalecimento da infra-estrutura científica e tecnológica do

país, a difusão da ciência e tecnologia e o fortalecimento dos serviços científicos e técnicos²².

URUGUAI

MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O Uruguai não dispõe de um sistema nacional de ciência e tecnologia institucionalizado. Inexiste um mecanismo de coordenação institucional permanente com posição hierárquica adequada²³. Em nível setorial, cabe ao Ministério de Educación y Cultura (MEC) a condução da política nacional de cultura, educação e da ciência. As atividades referentes ao último campo são de responsabilidade da Dirección de Ciencia y Tecnología. No campo tecnológico, existe, vinculado ao Ministério de Industria y Energía, o Centro Nacional de Política y Desarrollo Industrial, cuja missão é definir e implementar a política industrial nacional²⁴.

A promoção e administração das atividades científicas e tecnológicas é competência do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas del Uruguay (Conicit), criado em 1961, pela Lei nº 13 032 e subordinado ao Ministério de Educación y Cultura. Com relação à informação, as funções do Conacit estão voltadas para "estabelecer os mecanismos e procedimentos necessários para a obtenção de uma efetiva transferência dos conhecimentos científicos e tecnológicos" e "consolidar o sistema nacional de informação científica e tecnológica"²⁵.

Para a realização de atividades de informação científica e tecnológica, o Conacit estabeleceu, em 1973, um convênio com o Centro Nacional de Documentación Científica, Técnica y Económica (CDCTE), que funciona na Biblioteca Nacional do Uruguai.

CENTRO NACIONAL DE INFORMACIÓN

As atividades do centro nacional são desenvolvidas pelo CDCTE, criado mediante acordo de assistência técnica entre a Unesco e o governo uruguaio, firmado em 1953. A participação da Unesco consistiu no envio de um consultor para a organização do centro e ajuda financeira para aquisição de bibliografia e equipamento. Coube ao governo uruguaio colocar recursos em moeda local e pessoal técnico e administrativo à disposição do projeto²⁶.

Com o término da missão, em 1955, a Biblioteca Nacional assumiu a responsabilidade pela administração do centro como um dos órgãos de sua estrutura. Suas atividades foram irregulares, por não possuir orçamento próprio nem autonomia administrativa. Apesar das dificuldades, o cen-

tro publicou catálogos das revistas científicas existentes e editadas no país e diversas bibliografias.

POLÍTICA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMACIÓN

Em 1976, por solicitação do governo uruguaio, a Unesco enviou uma missão de consultoria para propor um sistema nacional de informação científica e técnica. Os termos de referência dessa missão e sua organização estiveram a cargo do Conicit. A missão propôs a estruturação de um sistema com um foco nacional coordenador, situado no Conicit, e subsistemas de informação em áreas especializadas de acordo com as prioridades definidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento²⁷. As recomendações propostas não chegaram a ser implementadas.

A Asociación de Bibliotecólogos y Afines del Uruguay (Abau) apresentou, em 1984, projeto para a formulação de uma política nacional de informação com o objetivo de assentar as bases para a criação de um sistema nacional de informação²⁸.

No âmbito governamental, a idéia foi retomada pelo Ministério de Educación y Cultura, que criou, em 1986, a Comisión Proyecto Sistema Nacional de Información. Os relatórios feitos por esta comissão indicaram a necessidade de elaboração de estudos para determinar as áreas em que deveriam ser desenvolvidos projetos de informação de acordo com as prioridades nacionais. Foi também salientada a falta de um diagnóstico das unidades de informação existentes para poder identificar os problemas e conhecer a situação do país no setor. Para sanar esta deficiência, foi criada, na Biblioteca Nacional, a Oficina Nacional de Información. A Biblioteca Nacional, para apoiar os trabalhos da comissão, elaborou, com o apoio técnico e financeiro da OEA, o projeto Establecimiento de las Bases del Sistema Nacional de Información, destinado a implementar uma base de dados sobre as unidades de informação do Uruguai e, com base nas informações levantadas, realizar estudos para possibilitar a elaboração de políticas para o setor²⁸. Atualmente, a Oficina Nacional de Información encontra-se subordinada ao Archivo General de la Nación.

Com o decreto de 18 de abril de 1989, foi constituído o Consejo del Sistema Nacional de Información, subordinado ao Ministério de Educación y Cultura, com o propósito de fomentar atividades de informação e impulsionar um sistema nacional de acesso à mesma, baseado na coordenação das unidades de informação existentes.

Em 1989, foi realizado o Seminário para uma Política Nacional de Información, organizado pela Dirección General de Planeamiento Universitario da Universidad de la República, com o apoio da Unesco/PGL e do Escritório Regional de Ciência e Tecnologia para América Latina e Caribe (Orcyt) e de outras instituições nacionais como o Conicit, o MEC, a Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la Republica e a Abau. O objetivo do seminário foi, baseado no conhecimento da situação do país no campo da informação, determinar as diretrizes e prioridades para a definição, desenho e formulação de uma política nacional de informação, integrada aos requerimentos de desenvolvimento sócio-econômico e social do país.

Para acompanhar o encaminhamento das resoluções do seminário, foi criada uma comissão *ad hoc* composta de representantes dos órgãos que patrocinaram o evento.

CONCLUSÕES

Pode-se reconhecer que existe, nos países analisados, um esforço governamental para a definição de políticas e estabelecimento de sistemas nacionais de informação, segundo as prioridades nacionais de desenvolvimento. É também verificada a presença de organismos internacionais, como a Unesco, em primeiro lugar, a OEA e outros, como fomentadores das atividades realizadas. Contudo, pode-se observar descontinuidade de muitas iniciativas, o que leva à não-institucionalização do setor. As atividades realizadas são, em sua maior parte, decorrentes de programas relacionados com períodos governamentais determinados. Apesar de irregular, o setor demonstra possuir visibilidade no conjunto das ações governamentais dos países considerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MATERA, R. Argentina. In: ORO, L.A., SEBASTIAN, J. *Los sistemas de ciencia e tecnologia en Iberoamérica*. Madrid, FUNDESCO, 1992. p. 17.
2. GIETZ, R.A. El Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica. *RUCIBA*, v.3, n.2, p.113-117, abr./jun. 1981.
3. CENTRO Argentino de Información Científica y Tecnológica (CAICYT). In: *Institutos del CONICET; objetivos, planes, producción*. 1979. p. 19.
4. SEMINÁRIO Nacional para el Mejoramiento de Comunicaciones y Información Científica, Buenos Aires, 1988. *Documento final*. Buenos Aires, CIONICET, 1988. (BNBU Informativo 88-1).

5. ARAOZ, G., BARREIRO, D., SUTER, T., ZITARA, E. *Lineamientos para el Sistema Nacional de Información Científica y Tecnológica*. Buenos Aires, CAICYT-CONICET, 1992. 26p.
6. Idem, p.20-1.
7. Idem, p.25.
8. RIBEIRO, I. da C., FERNANDES, O.B. *Planejamento de uma biblioteca técnico-científica no Conselho Nacional de Pesquisas*. s.n.t p.1.
9. CNPq. *Relatório de atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1952...* Rio de Janeiro, Jornal do Comercio, 1955, p.74.
10. RIBEIRO, I. da C., FERNANDES, O.B. *opus cit.*
11. BRASIL. Presidência da República. SEPLAN. *Primeiro Plano Básico de Desenvolvimento (PND)*. Brasília, DIN, 1972.
12. BORKO, H. *Brasil; organization and structure of a National System of Scientific and Technical Information (SNICT)*. Paris, Unesco, 1972.
13. DIRETRIZES básicas para a implantação de Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica. *Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.69-72, 1973.
14. BRASIL Presidência da República. SEPLAN. *// Plano Nacional de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
15. BRASIL. Presidência da República. *III PBDCT*. Brasília, Presidência da República, 1980.
16. BRASIL. SEPLAN. CNPq. *Informação em ciência e tecnologia*. Brasília, CNPq, 1984. 60p. (Ação Programada em Ciência e Tecnologia, 29).
17. CARVALHO, M.C.R. de. Ação programada em informação tecnológica. *Ciência da Informação*, v.21, n.1, p. 147-148, maio/ago. 1992.
18. VON HOROCH, S. Paraguay. In: ORO, L.A., SEBASTIAN, J. *Los sistemas de ciencia y tecnología en Iberoamérica*. Madrid, FUNDESCO, 1992. p.276.
19. MARTINO VARGAS, J., URBIETA, J.C. Paraguay; situación de la ciencia y la tecnología. In: Seminário Iberoamericano de Política Científica, Madrid, 1984. *Materiales del...* Madrid, CSIC, 1985. p.76.
20. INFORME Nacional del Paraguay. In: Seminário Metodológico de Política y Planificación Científica y Tecnológica, 5, Washington, 1982.
21. FERNANDEZ, T. La función del Instituto Nacional de Tecnología y normatización en el desarrollo científico y tecnológico: proyección futura. In: Seminário sobre Prioridades para el Desarrollo Científico y Tecnológico del Paraguay, Asunción, 1975. *Seminário...* Washington, OEA, 1976. p.61.
22. VON HOROCH, S. *opus cit.* p. 277.
23. SERVIAN, J.L., CAPDEVIELLE, M. Uruguay. In: ORO, L.A., SEBASTIAN, J. *Los sistemas de ciencia y tecnología en Iberoamérica*. Madrid, FUNDESCO, 1992. p.307.
24. Idem, p.311.
25. JOHNSON de Vodanovic, B. *Uruguay: sistema nacional de información científica y técnica*. Paris, Unesco, 1977. 49p. (FMR/BEP/PGI. 77/134).
26. VITA CRAVOTTO, M.L. di. Evolución científica y documentación en el Uruguay. Conferência geral da Federação Internacional de Documentação, 26, Rio de Janeiro, 1960.
27. JOHNSON DE VODANOVIC, B., *opus cit.*
28. HUERTA DE HINTZ, N. Proyecto para la formulación de una política nacional de información. *Actualidades bibliotecológicas*. n.15/16, p.8, 1984.
29. PERRONE DE VIEIRA, Ana Mana C. Investigación bibliotecológica en Uruguay. *Investigación bibliotecológica*, v.4, n.9, p.30, jul./dic., 1990.

Comunicação aceita para publicação em 6 de setembro de 1993.

Luiz Antonio Gonçalves da Silva

Técnico em Informação do IBICT, Mestre em Biblioteconomia e Documentação. Doutorando em Ciência da Informação, Faculdade de Ciências da Informação, Universidade Complutense de Madrid, Espanha

National Information policies and systems in the Mercosul: a preliminary approach

Abstract

The article presents a review of the main events related to the scientific and technological information activities in the integrated countries of Mercosul – Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay – on the context of the evolution of their national systems of science and technology. For each country are presented the legal and institutional scope, the role of the national Information center and the efforts undertaken in order to find the definition of a policy and establishment of national information systems.

Key words

Information policy; National Information systems in the Mercosul.

Conheça os
produtos do
IBICT

Endereço:
Setor de Comercialização do IBICT
SAS, Quadra 5, Lote 6, Bloco H
70070-000 Brasília, DF
Tel. (061)217-6161 -Telex: 2481 CICT BR
Fax: 226-2677